

# Regulamento da União Europeia sobre a Madeira e Produtos da Madeira (RUEM)

Relatório de aplicação em  
Portugal (março de 2013 a junho de  
2020)



Divisão de Gestão Florestal e Competitividade

Lisboa, novembro de 2020

**Título:** Regulamento da União Europeia sobre a madeira e produtos derivados da madeira (RUEM). Ponto da situação em Portugal (março de 2013 a junho de 2020).

**Edição:** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

**Autor:** Divisão de Gestão Florestal e Competitividade (DGFC)

**Imagens:** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

**Edição:** novembro de 2020

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBRIGAÇÕES DOS OPERADORES E DOS COMERCIANTES.....</b>	<b>7</b>
3.1	OPERADORES .....	7
3.2	COMERCIANTES.....	9
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÕES DE VIGILÂNCIA .....</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>REGISTO INICIAL DE OPERADOR .....</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTO .....</b>	<b>16</b>
6.1	SEMINÁRIO INTERNACIONAL RUEM.....	17
6.2	INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA COMISSÃO EUROPEIA (CE) .....	18
<b>7</b>	<b>PREOCUPAÇÕES FUNDAMENTADAS APRESENTADAS POR TERCEIROS .....</b>	<b>20</b>
<b>8</b>	<b>ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES .....</b>	<b>21</b>
8.1	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA.....	21
8.2	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES .....	21
8.3	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	22
8.4	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	23
8.5	AUTORIDADE COMPETENTE ESPANHOLA .....	23
<b>9</b>	<b>FISCALIZAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
9.1	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS .....	25
9.2	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES .....	27
9.3	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	27
9.4	PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO.....	28
<b>10</b>	<b>O MERCADO DA MADEIRA E DOS PRODUTOS DA MADEIRA EM PORTUGAL .....</b>	<b>29</b>

10.1	LENHAS.....	30
10.2	TOROS DE MADEIRA PARA A INDÚSTRIA .....	30
10.3	MADEIRA SERRADA .....	33
10.4	FOLHEADOS E CONTRAPLACADOS.....	35
<b>11</b>	<b>PLANO DE AÇÃO DA UE PARA A APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO, GOVERNAÇÃO E COMÉRCIO NO SETOR FLORESTAL (FLEGT) .....</b>	<b>39</b>
11.1	ACORDOS DE PARCERIA VOLUNTÁRIOS (APV) .....	39
11.2	LICENCIAMENTO FLEGT.....	39
<b>12</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>13</b>	<b>SIGLAS .....</b>	<b>41</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Registos no sistema de Registo Inicial de Operador (RIO) .....	10
<b>Quadro 2.</b> Preocupações fundamentadas submetidas ao ICNF no período 2018 – 2019 .....	20
<b>Quadro 3.</b> Colaboração das entidades fiscalizadoras na RAA, por tipo de operador .....	22
<b>Quadro 4.</b> Resultados globais das ações de fiscalização, entre 2014 e o 1.º semestre de 2020 (não inclui a GNR) .....	24
<b>Quadro 5.</b> Resultado da fiscalização no âmbito das operações da GNR.....	25
<b>Quadro 6.</b> Número de ações de fiscalização realizadas pelo ICNF, número de transações inspecionadas por tipo de origem do produto (origem doméstica, importada, ou enquanto comerciante).....	26
<b>Quadro 7.</b> Número de ações de fiscalização da Região Autónoma dos Açores .....	27
<b>Quadro 8.</b> Número de ações de fiscalização da Região Autónoma da Madeira e respetivos resultados .....	28
<b>Quadro 9.</b> Número de processos de contraordenação por tipo de infração (ICNF e GNR) .....	29
<b>Quadro 10.</b> Importações de madeira e derivados de madeira.....	31
<b>Quadro 11.</b> Origem das importações de toros de madeira para a indústria .....	32
<b>Quadro 12.</b> Origem de toros de madeira de origem tropical para a indústria.....	32
<b>Quadro 13.</b> Origem das importações de madeira serrada.....	34
<b>Quadro 14.</b> Origem das importações de madeira serrada tropical .....	35
<b>Quadro 15.</b> Origem das importações de folheados.....	37
<b>Quadro 16.</b> Origem das importações de contraplacados .....	38

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Localização dos operadores ativos registados por ano de registo .....	11
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição dos operadores por classe de produto no período 2013 – 1.º semestre 2020 .....	12
<b>Gráfico 3.</b> Distribuição dos operadores por tipo de atividade económica (CAE) (apenas para as 10 categorias de CAE mais representativas) no período 2013 – 1.º semestre 2020 .....	13
<b>Gráfico 4.</b> Evolução dos operadores com e sem atividade florestal .....	14
<b>Gráfico 5.</b> Evolução dos operadores registados ativos para o papel e cartão, face aos outros produtos .....	14
<b>Gráfico 6.</b> Percentagem de operadores registados com atividade florestal no período 2013 – 1.º semestre 2020 .....	15
<b>Gráfico 7.</b> Proporção dos operadores registados por tipo de atividade (florestal ou outras atividades) por localização no período 2013 – 1.º semestre 2020 .....	15

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Extrato da página do Sistema de Indicadores do RUEM ( <a href="https://ruem.icnf.pt/">https://ruem.icnf.pt/</a> ) .....	16
<b>Figura 2.</b> Extrato da página do <i>Site</i> do ICNF com os conteúdos relativos ao Regulamento da madeira .....	18

## 1 Sumário executivo

O Regulamento (UE) n.º 995/2010 (RUEM), de 20 de outubro, que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira, proíbe a colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados entrou em vigor em março 2013, tendo os termos da sua aplicação em Portugal sido fixados através do Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho do mesmo ano. O ICNF, I.P. é a autoridade competente para efeitos da aplicação do RUEM em Portugal. No quadro do RUEM são definidos dois tipos de agentes: o **Operador**, entendido como qualquer pessoa singular ou coletiva que coloque no mercado madeira ou produtos derivados da madeira, e o **Comerciante** entendido como qualquer pessoa singular ou coletiva que no exercício de uma atividade comercial, vende ou compra no mercado interno da União Europeia (UE) madeira ou produtos derivados da madeira já colocados no mercado interno.

Relativamente aos operadores, o objetivo central do regulamento consiste na proibição da colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente, bem como dos seus produtos derivados, objetivo a atingir através da aplicação dum conjunto adequado de procedimentos que nele estão definidos.

Em Portugal os operadores estão, ainda, obrigados ao **registo de operador**, o qual se realiza através do sistema de registo inicial dos operadores, acessível através do portal do ICNF em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/reg-op>.

Relativamente aos comerciantes, a sua obrigação fundamental consiste na necessidade de assegurar a rastreabilidade dos seus produtos através do conhecimento da respetiva cadeia de abastecimento.

O ICNF em colaboração com as entidades representativas dos agentes económicos tem procedido à divulgação do regulamento junto dos diferentes agentes económicos, com destaque para os operadores, e apelado à necessidade de lhe dar cumprimento. Em simultâneo, o ICNF tem dado resposta, por via telefónica e por correio eletrónico, a inúmeras questões e pedidos de esclarecimento relativos a diferentes aspetos da aplicação do regulamento.

Destaca-se a colaboração do ICNF com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, da Região Autónoma dos Açores (RAA), com a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, da Região Autónoma da Madeira (RAM), com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e com a Guarda Nacional Republicana (GNR) na prossecução das suas competências no quadro RUEM.

Destaca-se, ainda, a realização de um Seminário internacional realizado em junho de 2018 em Lisboa, organizado pelo ICNF com o apoio da Comissão Europeia por intermédio do seu Programa TAIEX-EIR PEER 2 PEER. O seminário, intitulado «*Multi-Country - Workshop on the Implementation of the EU Timber Regulation for Mediterranean Member States Competent Authorities*», permitiu analisar a implementação do RUEM na região do Mediterrâneo e encontrar áreas potenciais de colaboração entre os respetivos Estados-Membros.

Os dados apresentados neste relatório correspondem ao período de aplicação do RUEM desde março de 2013 a junho de 2020.



## 2 Enquadramento

O Regulamento da União Europeia sobre a Madeira (RUEM) - Regulamento (UE) n.º 995/2010, de 20 de outubro, proíbe a colocação no mercado interno da União Europeia (UE) de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados, sendo aplicado em Portugal através do Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho.

No contexto do RUEM são definidos dois tipos de agentes, singulares ou coletivos, sujeitos a um conjunto de obrigações, a saber:

- O **Operador**, entendido como qualquer pessoa singular ou coletiva que coloque no mercado madeira ou produtos da madeira (alínea c) do artigo 2.º, do Regulamento (UE) n.º 995/2010);
- O **Comerciante**, entendido como qualquer pessoa singular ou coletiva que, no exercício de uma atividade comercial, venda ou compre, no mercado interno da UE, madeira ou produtos da madeira nele já colocados (alínea d) do artigo 2.º, do Regulamento (UE) n.º 995/2010).

O ICNF é a autoridade competente para efeitos da aplicação do RUEM em Portugal. Colaboram com o ICNF na prossecução das suas competências de controlo e fiscalização do comércio de madeira e produtos derivados da madeira, as demais autoridades policiais, tributárias e de fiscalização das atividades económicas, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) (n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 76/2013).

## 3 Obrigações dos operadores e dos comerciantes

### 3.1 Operadores

Os deveres dos **operadores** estão centrados na **proibição de colocação, pela primeira vez, no mercado da UE** de madeira extraída ilegalmente e de produtos dela derivados<sup>1</sup>. A madeira e os

---

<sup>1</sup> Para efeitos de aplicação do regulamento entende-se por madeira ou dos produtos derivados da madeira "... madeira e os produtos da madeira referidos no anexo do Regulamento (UE) n.º 995/2010, com exceção dos produtos da madeira ou dos componentes desses produtos que tenham completado o seu ciclo de vida e que de outro modo seriam eliminados como resíduos."

produtos da madeira são considerados ilegais quando a sua origem, exploração, transporte, serragem, transformação e comércio nos mercados nacionais e internacionais não cumprem a legislação e a regulamentação aplicáveis em matéria florestal, ambiental, económica, social, cultural, fiscal e comercial.

Para se certificar de que a legalidade foi cumprida, os operadores estão sujeitos, antes da realização duma transação, à **obrigação de exercer a diligência devida**, a qual consiste num conjunto de procedimentos e medidas estabelecidas no artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 995/2010.

Os três elementos do «sistema de diligência devida» são os seguintes:

- Informação: o operador tem que dispor de informações suficientes que lhe permitam atestar a legalidade, na origem, da madeira ou dos produtos dela derivados que pretende adquirir, abrangendo todas as fases da cadeia de abastecimento; estas informações requerem o conhecimento da legalidade no país de proveniência do produto, e das obrigações e condições aplicáveis às operações de exploração florestal<sup>2</sup>, de transporte, de transformação e da comercialização, e de todos os intervenientes na cadeia de abastecimento.
- Avaliação do risco: com base nas informações recolhidas, o operador deve seguir um conjunto de procedimentos que lhe permitam analisar e avaliar o risco da colocação no mercado de madeira extraída ilegalmente ou de produtos da madeira dela derivados, devendo a colocação apenas ser realizada quando o nível de risco for considerado como “desprezível”.
- Atenuação do risco: se, após a aplicação dos procedimentos de avaliação do risco, o operador verificar que o nível de risco é «não desprezível», terá de recorrer a mecanismos para a sua atenuação, o que implica a adoção de várias medidas e procedimentos para conseguir reduzir aquele risco para um nível «desprezível». Estas medidas podem implicar: a procura de informações ou documentos suplementares, a realização de ações de verificação por terceiros e ainda o recurso a métodos científicos suscetíveis de confirmar a identificação e origem da madeira, que poderá passar por análises de laboratório.

---

<sup>2</sup> Inclui a avaliação das obrigações constantes dos contratos concessão (sempre que aplicável).

O exercício da diligência devida implica que o operador esteja em condições de demonstrar aos seus clientes as evidências de que a madeira ou produtos madeireiros que está a colocar no mercado têm uma origem legal.

A recolha da informação deverá ser particularmente cuidada quanto à verificação da fiabilidade e fonte dos documentos e da legitimidade de quem os emitiu.

Se o produto de madeira for compósito, o operador precisa de obter informações sobre a legalidade de todos os seus componentes, pelo que os procedimentos acima referidos devem ser aplicados a cada um desses componentes.

As medidas de atenuação do risco devem, de forma eficaz, conseguir reduzir o risco a um nível desprezível. Nos casos em que, após a adoção da totalidade das medidas de atenuação propostas, se verifique que aquele nível não foi atingido, o operador deve, então, abster-se de colocar a madeira ou os produtos dela derivados no mercado da União Europeia.

Os operadores estão obrigados à conservação, pelo prazo mínimo de 5 anos, das informações relativas às obrigações constantes no Regulamento, no âmbito do exercício da diligência devida.

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei 76/2013, de 5 de junho, os operadores estão ainda obrigados ao **registo de operador**, o qual é efetuado previamente à colocação da madeira ou dos produtos derivados da madeira no mercado interno, através de procedimento eletrónico realizado no portal do ICNF através da ligação <http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/reg-op> (Sistema RIO). O registo é simples, gratuito, consistindo no preenchimento de formulário com os dados de identificação da empresa e com a indicação dos produtos que a mesma pretende colocar no mercado. Concluído o registo, são enviadas automaticamente, as credenciais de acesso ao sistema, a forma de obter o seu comprovativo e, ainda documentação relevante sobre o RUEM.

### 3.2 Comerciantes

Os **comerciantes** têm a **obrigação de rastreabilidade** (artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 995/2010), a qual é assegurada através da cadeia de abastecimento. Isto significa que cada comerciante terá que identificar os operadores ou comerciantes a quem compra e aqueles a quem fornece a madeira ou produtos da madeira. No caso dos comerciantes, a madeira e/ou produtos da madeira já se encontram no mercado interno da UE. Os registos devem ser conservados durante 5 anos.

## 4 Organizações de Vigilância

O Regulamento (UE) n.º 995/2010 tem por objetivo, nomeadamente, minimizar o risco de colocação de madeira ilegalmente extraída e produtos dela derivados no mercado interno. Aquele Regulamento, através do seu artigo 8.º, prevê que organizações de vigilância possam apoiar os operadores no cumprimento das disposições do regulamento. Para esse efeito, devem disponibilizar sistemas de diligência devida, facultar aos operadores o direito de utilização e verificar a sua utilização correta.

No entanto, cada operador poderá também optar por criar o seu próprio sistema. Para mais informação consulte o portal da Comissão Europeia através do link [http://ec.europa.eu/environment/forests/timber\\_regulation.htm](http://ec.europa.eu/environment/forests/timber_regulation.htm).

Estão atualmente autorizadas a exercer funções no âmbito do RUEM, as Organizações de Vigilância, cuja lista pode ser consultada em:

<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/resource/doc/Organizacoes-vigilancia-reconhecidas.pdf>.

## 5 Registo Inicial de Operador

O registo dos operadores permite conhecer o universo das empresas ou pessoas singulares sujeitas às obrigações do RUEM, facilitando o seu conhecimento.

**Até 30 de junho de 2020** encontravam-se registados no sistema RIO um total de **6 573** operadores, dos quais **6 383** têm a respetiva conta ativa (**Quadro 1**)<sup>3</sup>.

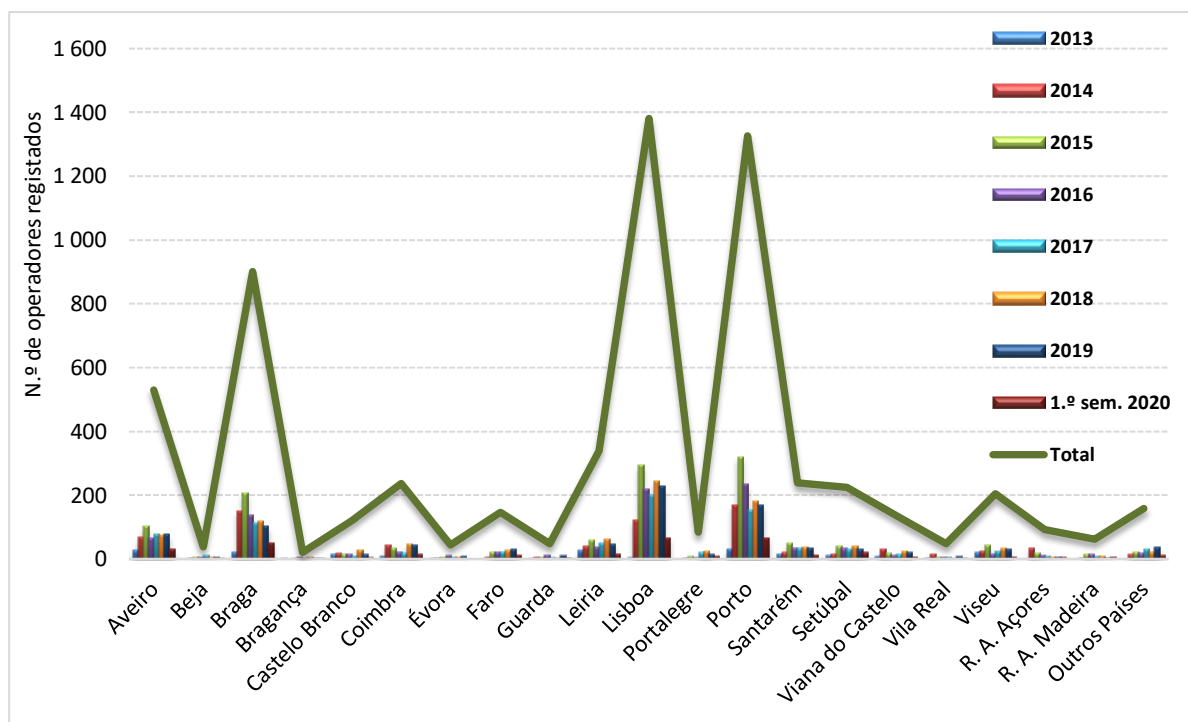
**Quadro 1.** Registos no sistema de Registo Inicial de Operador (RIO)

Nº Operadores	
Ativos	6 383
Não ativos	190
<b>TOTAL</b>	<b>6 573</b>

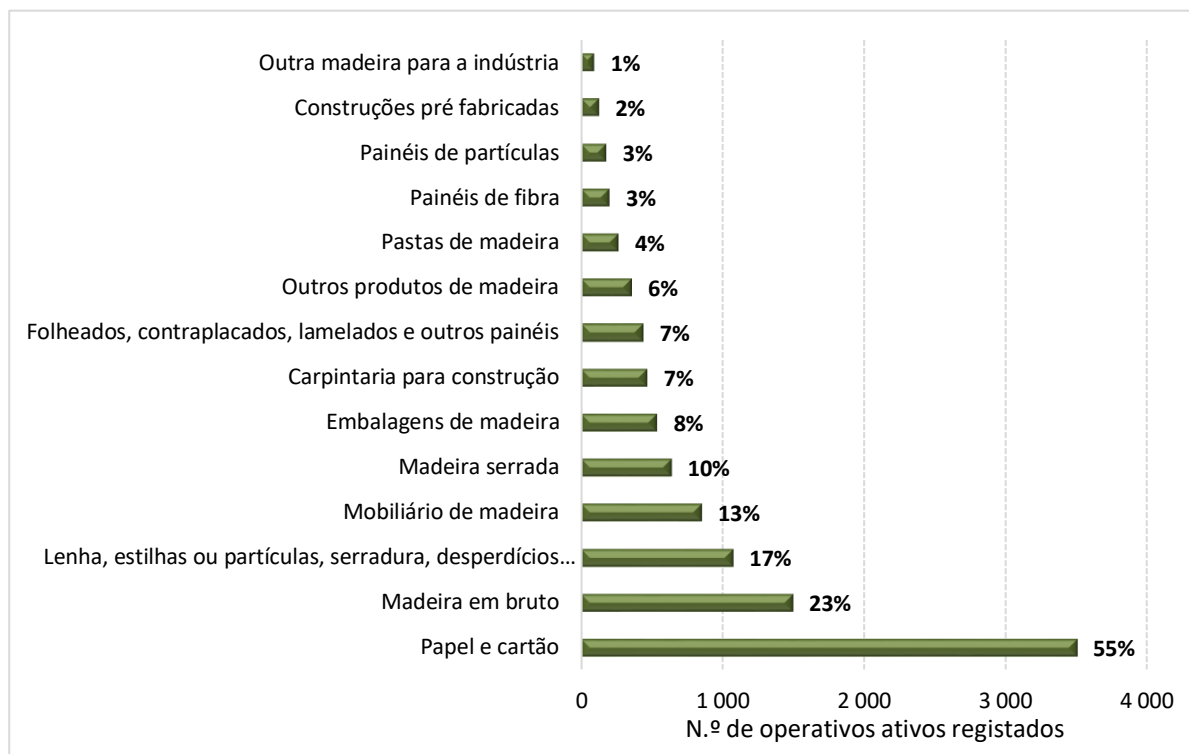
<sup>3</sup> Entende-se por “operador não-ativo” aquele que, tendo realizado o registo, comunicou posteriormente, de forma oficial, que cessou as atividades pelas quais estava abrangido pelo RUEM.

Em Portugal continental o maior número de operadores ativos registados é observado (**Gráfico 1**) no distrito de Lisboa (**1 381**), seguido do Porto (**1 326**) e Braga (**902**). No seu total estes distritos representam **57%** dos operadores. As regiões autónomas dos Açores e Madeira têm **2%** do total de operadores ativos registados e **2%** dos operadores são de outros países.

**Gráfico 1.** Localização dos operadores ativos registados por ano de registo

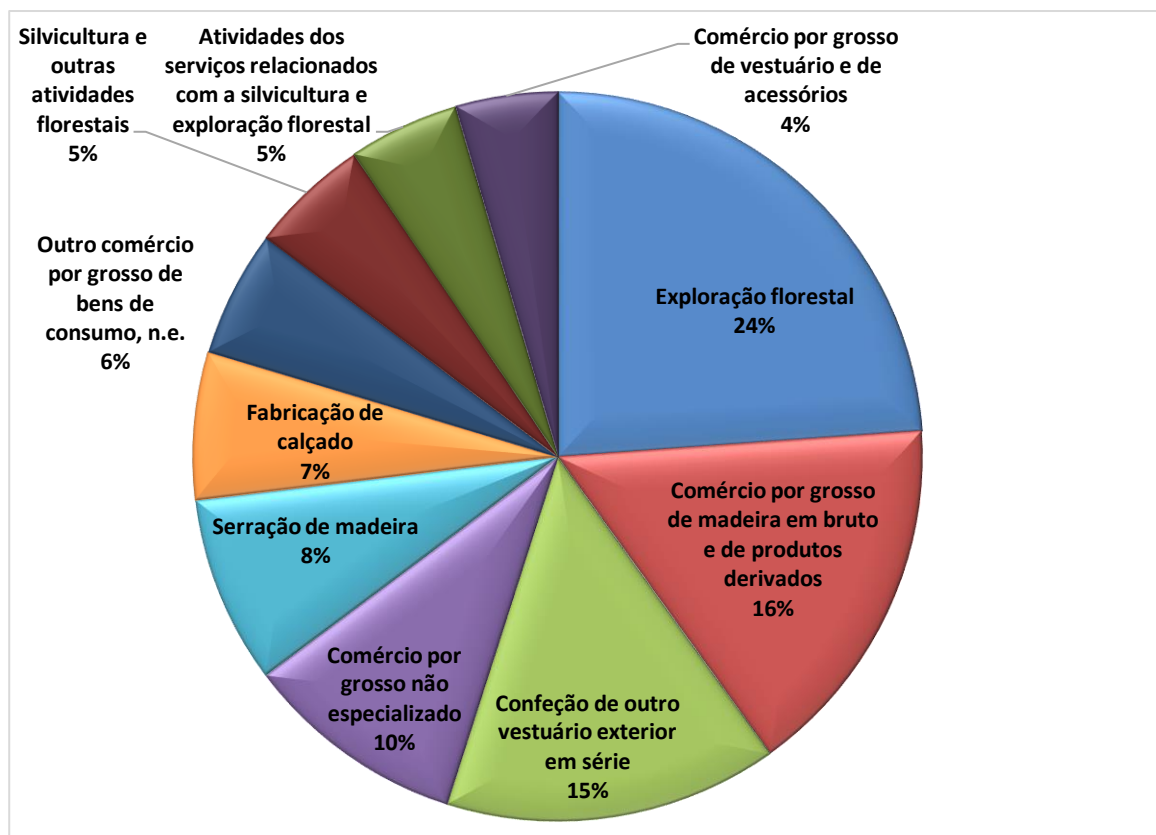


Na tipologia por produto a colocar no mercado, os operadores indicam no registo com maior frequência (**Gráfico 2**) o **papel e cartão** (3 508 registos, 55%), seguido da **madeira em bruto** (1 499 registos, 23%), da **lenha, estilhas ou partículas, serradura, desperdícios e resíduos de madeira** (1 077 registos, 17%) e do **mobiliário de madeira** (855 registos, 13%).

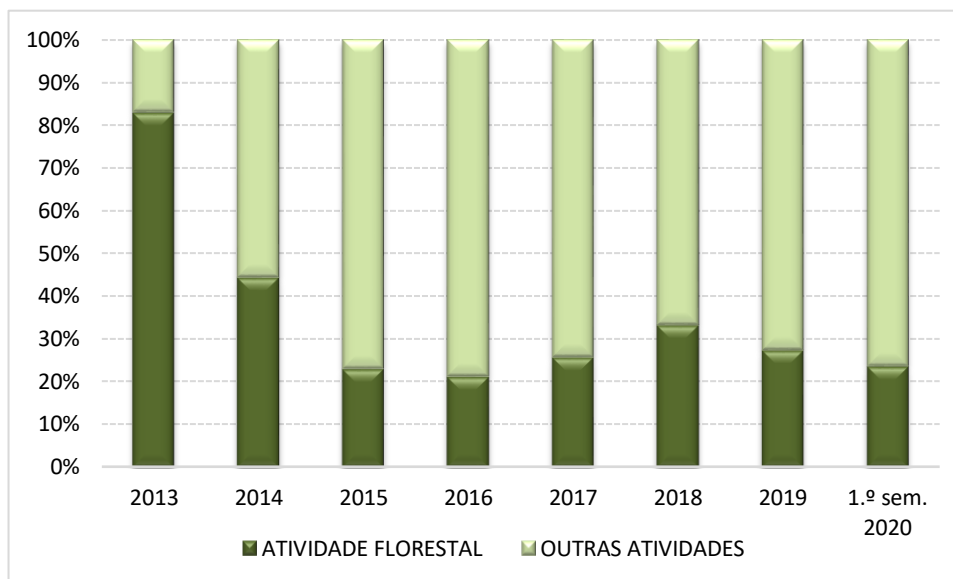
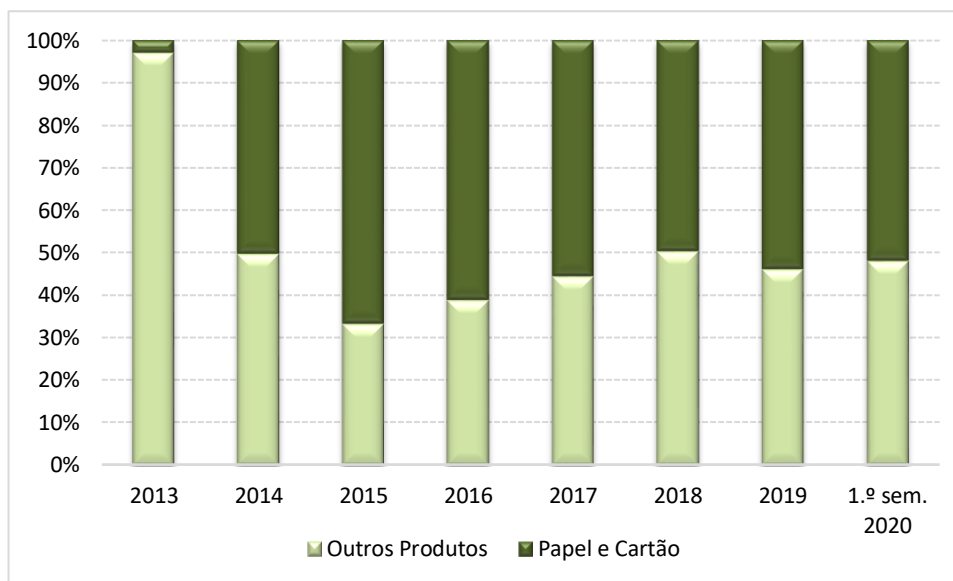
**Gráfico 2.** Distribuição dos operadores por classe de produto no período 2013 – 1.º semestre 2020

Na tipologia por tipo de atividade dos operadores económicos, verifica-se que existem **542** CAE (Código de Atividade Económica) diferentes registados. Na distribuição dos registos por atividade económica (**Gráfico 3**) a que se dedicam as empresas, verifica-se que o maior número se dedica à atividade de **Exploração florestal** (534 registos – 24%), seguida da atividade de **Comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados** (364 registos – 16%), da **Confeção de outro vestuário exterior em série** (331 registos – 15%), do **Comércio por grosso não especializado** (221 registos – 10%) e da **Serração de madeira** (186 registos – 8%).

**Gráfico 3.** Distribuição dos operadores por tipo de atividade económica (CAE) (apenas para as 10 categorias de CAE mais representativas) no período 2013 – 1.º semestre 2020



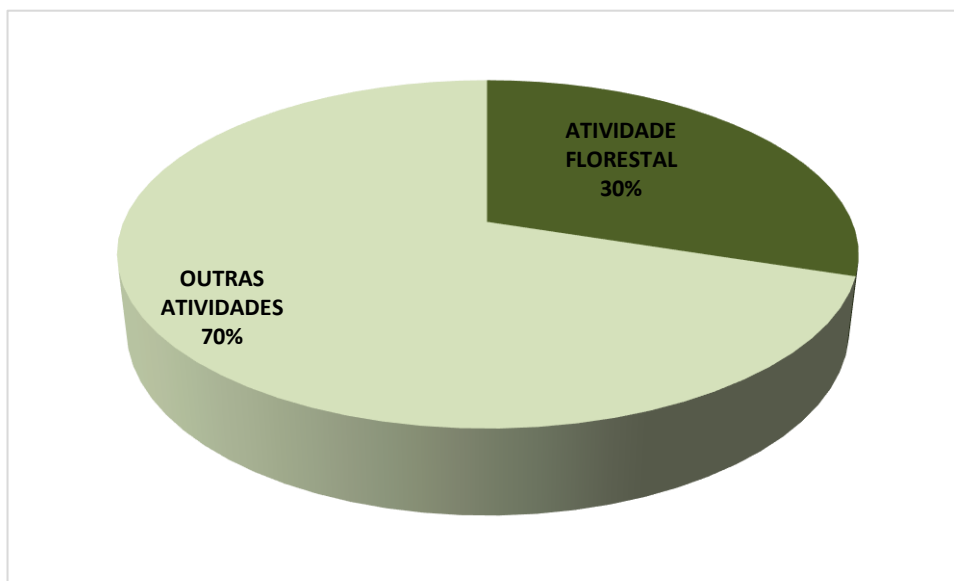
Sublinha-se o crescente protagonismo no RUEM assumido por empresas com atividades fora do setor florestal, as quais se registam no RIO por importarem diretamente produtos de madeira, designadamente, o papel e cartão nas suas diferentes formas (etiquetas, embalagens, etc.). Estes produtos são utilizados no âmbito da atividade comercial de empresas de ramos diversos, aos quais corresponde a uma grande diversidade de CAE, patente no **Gráfico 3** e no **Gráfico 4**. Os produtos da classe do papel e do cartão têm tido uma importância muito relevante desde 2014 (**Gráfico 5**).

**Gráfico 4.** Evolução dos operadores com e sem atividade florestal**Gráfico 5.** Evolução dos operadores registados ativos para o papel e cartão, face aos outros produtos

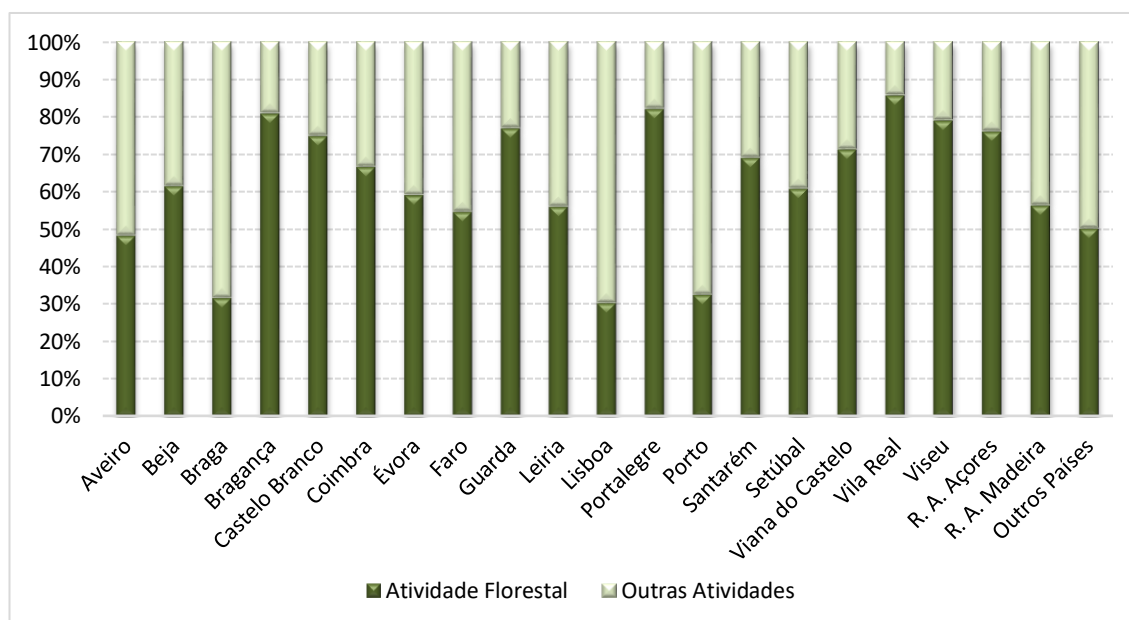
Relativamente aos operadores registados com CAE diretamente associada ao sector florestal<sup>4</sup>, estes representam **30%** do total dos operadores registados (**Gráfico 6**).

<sup>4</sup> Fonte: Observatório para as Fileiras Florestais (<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/econ>)



**Gráfico 6.** Percentagem de operadores registados com atividade florestal no período 2013 – 1.º semestre 2020

No entanto, nos distritos com maior número de operadores registados, Porto, Lisboa e Braga, esta proporção é menor, havendo mais operadores registados com atividades económicas não florestais (**Gráfico 7**).

**Gráfico 7.** Proporção dos operadores registados por tipo de atividade (florestal ou outras atividades) por localização no período 2013 – 1.º semestre 2020

## 6 Ações de divulgação e esclarecimento

O ICNF, em colaboração com entidades representativas dos agentes económicos, tem participado em *fora* de discussão e divulgação (seminários, encontros, sessões de trabalho, feiras florestais, etc.) onde promove a divulgação do regulamento, reiterando a necessidade do seu cumprimento e explicando os requisitos legais dele decorrentes. Foram igualmente produzidos artigos para órgãos de comunicação do sector.

A partir de fevereiro de 2018 foi disponibilizado um **Sistema de Indicadores do RUEM** que permite ter acesso, em tempo real, a um conjunto de indicadores ligados à aplicação do Decreto-Lei n.º 76/2013 (**Figura 1**).



**Figura 1.** Extrato da página do Sistema de Indicadores do RUEM (<https://ruem.icnf.pt/>)

A resposta a inúmeros pedidos de esclarecimento sobre a aplicação do regulamento, bem como a resolução de dificuldades no registo dos operadores têm sido, igualmente, uma prioridade. No cômputo geral, estima-se uma média semanal de 50 esclarecimentos prestados, quer por via telefónica, quer por correio eletrónico, tendo-se mantido estável esta afluência de pedidos de informação e de apoio.

## 6.1 Seminário internacional RUEM

Nos dias 5 e 6 de junho de 2018 decorreu nas instalações do MAFDR em Lisboa um Workshop internacional relativo ao RUEM, organizado pelo ICNF com o apoio da Comissão Europeia, através do Programa TAIXE-EIR PEER 2 PEER, “***Multi-country workshop on the implementation of the EU Timber Regulation for Mediterranean Member States Competent Authorities***”. Este evento contou com a participação da Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Este seminário teve como objetivo reforçar a cooperação entre as Autoridades Competentes (AC) dos oito Estados-Membros da UE da região do Mediterrâneo, nomeadamente de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Malta, Chipre e Eslovénia, de modo a harmonizar a implementação do RUEM nesta região.

Contou com a participação do secretariado técnico da Comissão Europeia responsável pela aplicação deste regulamento e de peritos internacionais, nomeadamente os representantes das autoridades competentes da Dinamarca e da Holanda.

Estiveram ainda presentes representantes das regiões autónomas da Madeira e dos Açores e da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Foram propostas medidas relevantes para o reforço da cooperação entre as AC dos 8 países do Mediterrâneo, nomeadamente a partilha de informação que permita melhorar as ações de fiscalização aos produtos de madeira colocados no mercado por operadores sediados em países diferentes daqueles através dos quais se fez a colocação no mercado europeu, facilitar a comunicação entre as AC e os operadores através de campanhas de sensibilização promovidas ao nível internacional, e promover a harmonização nos procedimentos de fiscalização aos operadores.

O ICNF disponibiliza um conjunto de informações ligadas ao RUEM numa página do seu *site* na Internet acessível através da ligação <http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/reg-op> (Figura 2).



Figura 2. Extrato da página do Site do ICNF com os conteúdos relativos ao Regulamento da madeira

## 6.2 Informações disponibilizadas pela Comissão Europeia (CE)

A Comissão Europeia disponibiliza igualmente informações sobre o RUEM, em língua inglesa, através do endereço [https://ec.europa.eu/environment/forests/timber\\_regulation.htm](https://ec.europa.eu/environment/forests/timber_regulation.htm).

Nesta página da internet estão disponíveis alguns documentos de orientação que servem de apoio à aplicação do Regulamento por parte dos operadores e das autoridades competentes em cada Estado-Membro:

- (i) **Documento de orientação para o Regulamento UE sobre a madeira** – de 12/02/2016 – contém um conjunto clarificações das definições constantes no regulamento, e exemplos de alguns casos comentados relativos à aplicação do RUEM.
- (ii) **Madeira e seus produtos derivados reciclados** – clarificação dos produtos derivados da madeira que se encontram abrangidos pelo regulamento, nomeadamente dos produtos de madeira reciclados.
- (iii) **Preocupações fundamentadas apresentadas por terceiros** – clarifica quais os procedimentos relativos à apresentação de preocupações fundamentadas por parte de terceiros às Autoridades Competentes (no caso português, ao ICNF, I. P.) relativo ao possível incumprimento do regulamento por parte dos operadores.
- (iv) **Medidas de atenuação de risco** – Exemplifica medidas de atenuação do risco e procedimentos a ser aplicados pelos operadores, quando o risco de colocação no mercado da União Europeia

da madeira ou dos seus produtos derivados é não «desprezível». [O ICNF disponibilizou na sua página da internet uma versão portuguesa deste documento].

**(v) Consideração da prevalência de conflitos armados e sanções nos sistemas de diligência devida**

– Este documento define as noções de “prevalência de conflitos armados” e “sanções” e especifica os fatores a ter em consideração nos procedimentos de avaliação do risco.

**(vi) Diligência Devida** – Atualiza e completa as bases do sistema de diligência devida clarificando as suas várias componentes e os procedimentos do seu exercício. Refere explicitamente que quando o risco não poder ser atenuado para um nível considerado como «desprezível», o operador não deverá colocar a madeira ou seus produtos no mercado da UE. [O ICNF disponibilizou na sua página da internet uma versão portuguesa]

A Comissão Europeia disponibiliza sínteses informativas sobre alguns países fornecedores de madeira ou dos seus produtos, com o intuito de melhorar o seu conhecimento na ótica da aplicação do RUEM, e do exercício de diligência devida. Destes documentos constam informações sobre os riscos de ilegalidade da exploração de madeira e das cadeias de abastecimento, esclarecendo quais os riscos específicos existentes em cada um destes países. Até à data, estão disponíveis os documentos para os seguintes países:

- (i) Bielorrússia
- (ii) Bósnia e Herzegovina
- (iii) Brasil
- (iv) Camarões
- (v) China
- (vi) Costa do Marfim
- (vii) Malásia
- (viii) Myanmar
- (ix) Rússia
- (x) Ucrânia

O relatório de aplicação do RUEM no ano de 2019 enviado à Comissão Europeia pode ser consultado em [https://ec.europa.eu/environment/forests/timber\\_regulation.htm](https://ec.europa.eu/environment/forests/timber_regulation.htm)

## 7 Preocupações fundamentadas apresentadas por terceiros

O ICNF, I. P., ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 10.º do RUEM tem recebido, regularmente, preocupações fundamentadas apresentadas por terceiros. Estas situações foram, recentemente, objeto de uma norma de orientação por parte da Comissão Europeia, disponível no *site* do ICNF, I.P.<sup>5</sup> e já referida na seção anterior. De seguida (**Quadro 2**) é apresentada a lista das preocupações fundamentadas submetidas ao ICNF no período 2018 – 2019 e o resultado das fiscalizações que delas decorreram.

**Quadro 2.** Preocupações fundamentadas submetidas ao ICNF no período 2018 – 2019

Ano de submissão	Declarante	País de origem	Tipo de produto	N.º de operadores/comerciantes envolvidos	Resultado
2015	Global Witness	República Democrática do Congo	4403 – Madeira em bruto	1	Remetida à AC do país do operador
	Greenpeace	Brasil	4409 - Carpintaria para construção	1	Proposta a aplicação de medidas corretivas
2017	Global Witness	República Democrática do Congo	4403 – Madeira em bruto	1	Proposta a aplicação de medidas corretivas
2018	Greenpeace	Brasil	4407 - Madeira serrada 4409 - Carpintaria para construção	9	Proposta a aplicação de medidas corretivas. Levantamento de 2 procedimentos contraordenacionais. Um dos processos foi remetido a Tribunal.
	Global Witness	República Democrática do Congo	4403 – Madeira em bruto	3 <sup>1</sup>	Proposta a aplicação de medidas corretivas
2019	Global Witness	República Democrática do Congo	4403 – Madeira em bruto	2 <sup>1</sup>	Proposta a aplicação de medidas corretivas

<sup>1</sup> Contém operadores referenciados em preocupações fundamentadas submetidas anteriormente

<sup>5</sup> <https://ec.europa.eu/environment/forests/pdf/Guidance%20-%20Substantiated%20concerns.pdf>

## 8 Articulação com outras entidades

### 8.1 Autoridade Tributária e Aduaneira

No quadro da colaboração interinstitucional, destaca-se a colaboração com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), visando a:

- Articulação da aplicação do Regulamento n.º 995/2010 com a aplicação do Regulamento n.º 2173/2005, *Forest Law Enforcement, Governance and Trade* (FLEGT);
- Colaboração entre a AT e o ICNF no âmbito do controlo e fiscalização do comércio da madeira e produtos derivados.

Regista-se o procedimento instituído pela AT relativo à obrigatoriedade de registo aquando do desalfandegamento dos produtos listados no anexo do RUEM. Este procedimento permite a identificação dos importadores de madeira e produtos derivados e um melhor cumprimento dos requisitos do Decreto-Lei n.º 76/2013.

Ao nível comunitário é reconhecida a necessidade das autoridades competentes do RUEM (no caso português o ICNF) obterem um conjunto de informações junto da AT e dos serviços estatísticos nacionais. Assim, reforça-se a importância da colaboração entre a AT e o ICNF, centrando-a, sobretudo, nos importadores de países com maior risco de abates ilegais de madeira frequentemente referidos em relatórios internacionais.

### 8.2 Região Autónoma dos Açores

A articulação e continuada colaboração entre o ICNF e a Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas da Região Autónoma dos Açores merece destaque, a qual é demonstrada pelos resultados na boa aplicação do RUEM na Região, em coerência perfeita com a metodologia nacional.

Foi disponibilizada pelo ICNF um conjunto de informações enquadradoras do RUEM, bem como os modelos das fichas de fiscalização e metodologia utilizados no Continente. Pelo seu lado, a DRRF tem disponibilizado informação sobre a aplicação do RUEM na região, a qual tem sido utilizada nos relatórios de execução enviados à Comissão Europeia.

Naquela Região Autónoma, a DRRF, na prossecução das competências de controlo e fiscalização do comércio de madeira e produtos derivados da madeira, tem também vindo a colaborar com outras autoridades, nomeadamente policiais (GNR), tributárias (AT) e de fiscalização das atividades económicas (IRAE). Essas entidades já reuniram com a DRRF para esclarecimento das implicações do Regulamento (UE) 995/2010 e do Decreto-Lei n.º 76/2013 e definição da colaboração no âmbito dos mesmos (**Quadro 3**).

**Quadro 3.** Colaboração das entidades fiscalizadoras na RAA, por tipo de operador

Tipologia dos operadores	Responsabilidades no controlo e fiscalização do comércio de madeira e produtos derivados da madeira.
Importação de madeira e produtos da madeira de países extra-UE	Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) Guarda Nacional Republicana (GNR) Inspeção Regional de Atividades Económicas (IRAE)
Introdução no mercado de madeira ou produtos da madeira produzidos na UE	Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) Guarda Nacional Republicana (GNR) Inspeção Regional de Atividades Económicas (IRAE)
Rastreio nos comerciantes	

A DRRF elaborou um manual de procedimentos e disponibilizou esta informação aos nove serviços florestais. Simultaneamente a DRRF promoveu várias sessões de esclarecimento com os agentes da fileira florestal, transmitindo informação sobre o RUEM.

Atualmente mantém-se a divulgação através de panfletos informativos, os quais são entregues juntamente com as licenças de corte de arvoredo e através do Portal dos Recursos Florestais, na área da Proteção do Património Florestal, acessível em <http://drf.azores.gov.pt>.

A DRRF tem disponibilizado informação sobre a aplicação do RUEM na região, a qual tem sido utilizada nos relatórios de execução enviados à Comissão Europeia.

### 8.3 Região Autónoma da Madeira

A articulação e continuada colaboração entre o ICNF e a Região Autónoma da Madeira, nomeadamente o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza IP-RAM (IFCN, IP-RAM), da



Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, merece destaque pela sua coerência perfeita com a metodologia nacional.

Foi disponibilizada pelo ICNF um conjunto de informações enquadradoras do RUEM, bem como os modelos das fichas de fiscalização e metodologia utilizados no Continente. Pelo seu lado, o IFCN, IP-RAM tem disponibilizado informação sobre a aplicação do RUEM na região, a qual tem sido utilizada nos relatórios de execução enviados à Comissão Europeia.

Refere-se que foram realizadas sessões de esclarecimento destinadas às entidades com responsabilidade na aplicação do regulamento e aos operadores e comerciantes, sessões que decorreram com a participação do ICNF.

#### 8.4 Guarda Nacional Republicana

O ICNF tem mantido contactos com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR) no sentido de articular as fiscalizações a realizar por esta força policial no quadro do RUEM.

No sentido de tornar coerente e melhor articular as fiscalizações a realizar pelo SEPNA com a metodologia nacional, o ICNF partilhou os procedimentos seguidos na verificação do cumprimento do RUEM junto dos operadores e comerciantes, designadamente quanto ao registo de operador e fichas de fiscalização.

No âmbito da formação ao SEPNA efetuada através do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o ICNF participou, como entidade formadora do curso *Proteção da Natureza e do Ambiente* realizado em 2015, sendo o RUEM um dos temas abordados.

Em dezembro de 2019, no âmbito do 1.º curso de formação de Guardas Florestais da GNR, foi realizada uma sessão de formação dedicada ao RUEM.

#### 8.5 Autoridade competente espanhola

No âmbito da cooperação entre as diversas autoridades competentes (AC) prevista no artigo 12.º do regulamento, o ICNF participou, em outubro de 2015, numa ação de formação promovida pela AC espanhola realizado em Madrid. Posteriormente, em 2016, a autoridade competente espanhola

participou em ações de fiscalização promovidas pelo ICNF, com o intuito de partilhar experiências e harmonizar procedimentos de fiscalização ao nível comunitário, beneficiando da experiência portuguesa nesta matéria.

Dada a proximidade territorial as Autoridades Competentes portuguesa e espanhola têm mantido um bom nível de cooperação ao nível das fiscalizações aos operadores através da troca relevante de informação. Neste âmbito realça-se a partilha de informações relativa à transações que envolvem agentes económicos dos 2 países, com destaque para as transações com origem em países terceiros.

## 9 Fiscalização

A metodologia para fiscalizar a aplicação do RUEM por parte dos operadores e comerciantes foi delineada em concertação com os serviços regionais do ICNF e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Como resultado, foram produzidas os seguintes instrumentos:

- Fichas para a **fiscalização a operadores**, para a **fiscalização a comerciantes**, para **apoio à avaliação do Sistema de Diligência Devida (obrigatório para os operadores)** e para a **identificação da cadeia de abastecimento (obrigatória para comerciantes)**;
- Modelo do **relatório final de fiscalização**

No **Quadro 4** sumarizam-se os resultados globais das ações de fiscalização aos operadores e aos comerciantes, à exceção das realizadas no âmbito das operações da GNR, que são apresentadas no **Quadro 5**.

**Quadro 4.** Resultados globais das ações de fiscalização, entre 2014 e o 1.º semestre de 2020 (não inclui a GNR)

	N.º Ações	Percentagem	Resultado
<b>Operador</b>	186	41%	Com 3 infrações (3 PCO levantados) <sup>6</sup>
<b>Operador e Comerciante</b>	62	14%	Sem infrações
<b>Comerciante</b>	182	40%	Sem infrações
<b>Inativo</b>	29	6%	-
<b>Subtotal</b>	<b>459</b>	<b>100%</b>	

<sup>6</sup> Sempre que foram detetadas deficiências, o ICNF, I.P. notificou o operador para a adoção de medidas corretivas, com as quais se pretende uma correção das deficiências detetadas, as quais não foram consideradas infrações.

**Quadro 5.** Resultado da fiscalização no âmbito das operações da GNR

	N.º Ações	Percentagem	Resultado
Operador e/ou comerciante	316	100%	26 Autos de notícia

### 9.1 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

O ICNF tem vindo a efetuar, desde 2015, ações de fiscalizações junto de operadores e comerciantes para verificação do cumprimento do RUEM. Relativamente aos operadores, uma atenção particular, tem sido dada ao exercício de diligência devida, enquanto, relativamente aos comerciantes, a preocupação maior centra-se na identificação da cadeia de abastecimento por forma a garantir a rastreabilidade dos produtos.

Anualmente é elaborado um plano de fiscalização que estabelece a frequência e incidência das fiscalizações por tipologia de operadores (importadores e domésticos) e por localização regional dos mesmos. A seleção dos operadores (amostra) a fiscalizar pela 1ª vez é efetuada tendo em conta um conjunto de critérios de risco, associados ao tipo de produto, à origem do mesmo (sempre que esta informação esteja disponível) e à tipologia da empresa. A estes acrescem os casos de anteriores fiscalizações em que é necessário avaliar a implementação das medidas corretivas que lhes foram aplicadas.

Seguidamente, no **Quadro 6** apresenta-se o número de ações de fiscalização realizadas anualmente pelo ICNF, incluindo o número de transações abrangidas, i.e. colocações no mercado de madeira ou produtos derivados, destacando-se as transações de produtos com origem fora da União Europeia (importações).

Para o período entre 2015 e o 1.º semestre de 2020 foi realizado um total de **157** ações de fiscalização abrangendo **198** transações de produtos, das quais **67** correspondem a importações de madeira ou de produtos madeireiros.

No 1.º semestre de 2020 foram realizadas **12** ações de fiscalização, abrangendo **20** transações, das quais **6** correspondem a importações de produtos com origem em países exteriores à União Europeia (**Quadro 6**). Das **6** importações de madeira/produtos de madeira, **1** tem origem no Brasil, **1** no Gana, **3** na República Democrática do Congo e **1** na República do Congo.

Ainda no 1.º semestre de 2020 foram realizadas **10** fiscalizações a comerciantes de madeira/produtos de madeira (**6** empresas são, simultaneamente, operadores e comerciantes). Daqui resultaram **10** transações fiscalizadas para a avaliação da rastreabilidade (**Quadro 6**).

Em 2019 foram levantados **3** procedimentos contraordenacionais (**Quadro 10**) relativos ao incumprimento por parte do operador das obrigações de diligência devida por ocasião da colocação no mercado de madeira ou produtos derivados da madeira (alínea b) do Artigo.º 9 do Dec. Lei n.º 76/2013), sendo que **2** são relativos a fiscalizações realizadas no ano 2018 e **1** relativo a uma fiscalização realizada em 2019.

**Quadro 6.** Número de ações de fiscalização realizadas pelo ICNF, número de transações inspecionadas por tipo de origem do produto (origem doméstica<sup>7</sup>, importada<sup>8</sup>, ou enquanto comerciante<sup>9</sup>)

	2015				2016				2017			
	Ações	N.º transações – origem			Ações	N.º transações – origem			Ações	N.º transações – origem		
		Doméstica	Importada	Comerciante		Doméstica	Importada	Comerciante		Doméstica	Importada	Comerciante
Operador	9	8	1	-	13	5	8	-	10	4	7	-
Operador + Comerciante	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2
Comerciante	1	-	-	1	1	-	-	1	4	-	-	4
Total	10	8	1	1	14	5	8	1	16	4	9	6

	2018				2019				1.º semestre 2020			
	Ações	N.º transações – origem			Ações	N.º transações – origem			Ações	N.º transações – origem		
		Doméstica	Importada	Comerciante		Doméstica	Importada	Comerciante		Doméstica	Importada	Comerciante
Operador	26	8	19	-	20	11	13	-	3	-	4	-
Operador + Comerciante	8	4	4	8	15	8	7	15	6	4	2	7
Comerciante	13	-	-	13	23	-	-	25	3	-	-	3
Total	47	12	23	21	58	19	20	40	12	4	6	10

	TOTAL			
	Ações	N.º transações – origem		
		Doméstica	Importada	Comerciante
Operador	81	36	52	-
Operador + Comerciante	31	16	15	32
Comerciante	45	-	-	47
Total	157	52	67	79

<sup>7</sup> Madeira doméstica é madeira cortada em território nacional e colocada pela primeira vez no mercado nacional.

<sup>8</sup> Madeira/produto de madeira colocada, pela primeira vez, em território da UE com origem em países exteriores à EU.

<sup>9</sup> Madeira/produto de madeira já colocada em território da EU por um operador.

## 9.2 Região Autónoma dos Açores

Na RAA as fiscalizações tiveram início no ano de 2014, e têm sido realizadas anualmente pelos Serviços Florestais de Ilha da Direção Regional dos Recursos Florestais. No ano de 2019 foram realizadas **40** ações de fiscalização a operadores (sendo que 17 dentre eles estavam inativos), correspondendo a **61** transações de produtos inspecionadas, as quais obtiveram 100% de resultados satisfatórios, ou seja, não foi detetada qualquer infração passível de contraordenação (**Quadro 7**).

**Quadro 7.** Número de ações de fiscalização da Região Autónoma dos Açores

	2014		2015		2016		2017		2018		2019		TOTAL	
	Ações	Transações	Ações	Transações	Ações	Transações	Ações	Transações	Ações	Transações	Ações	Transações	Ações	Transações
Operador	15	25	6	7	11	22	20	27	20	40	7	13	79	134
Operador + Comerciante	7	21	4	13	2	6	4	12	1	3	3	9	21	64
Comerciante	27	69	25	60	21	62	20	54	19	52	13	39	125	336
Inativo <sup>10</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	17	-
Total	49	115	35	80	34	90	44	93	40	95	40	61	242	534

Pelo facto de existir um Regime Jurídico da Proteção do Património Florestal nos Açores, que condiciona o corte de arvoredo à existência de licenciamento prévio e, ainda, um corpo permanente de Polícia Florestal ativo no terreno, as situações de cortes ilegais para colocação de madeira no mercado dos Açores são de risco baixo ou inexistente, sendo atempadamente detetadas e autuadas no caso de ocorrerem.

As fiscalizações têm decorrido dentro da normalidade, asseguradas, maioritariamente, pelo corpo de Polícia Florestal da RAA, contando também com a colaboração de outras entidades.

## 9.3 Região Autónoma da Madeira

A RAM deu continuidade às ações de inspeção periódica no âmbito do RUEM. Em 2019 foram realizadas **10** ações de fiscalização a operadores da região, sendo que foram efetuadas no total **60** ações de fiscalização desde o início da implementação do Regulamento na Região em 2016, não

<sup>10</sup> Operadores que se registaram e que entretanto fecharam atividade comercial.

tendo sido encontrada, até ao momento, nenhuma situação de infração. Os resultados constam do **Quadro 8**.

**Quadro 8.** Número de ações de fiscalização da Região Autónoma da Madeira e respetivos resultados

Tipo	2016	2017	2018	2019	Total	Percentagem	Resultado
Operador	12	3	11	10	36	60%	Sem infrações
Comerciante	2	10	0	0	12	20%	Sem infrações
Inativo <sup>7</sup>	12	0	0	0	12	20%	-
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>60</b>		

No ano de 2019, as fiscalizações foram direcionadas para os operadores regionais que introduzem, no mercado interno, madeira oriunda da própria Região, embora assumindo que a obrigatoriedade de licença de corte em vigor para estes casos elimina o risco dessa introdução se fazer de forma ilícita.

De notar que muitos destes operadores regionais se tornaram exclusivamente comerciantes, tendo abandonado a exploração direta no terreno e passado a comprar a madeira a outros operadores designados, vulgarmente, por madeireiros.

#### 9.4 Processos de contraordenação

Como balanço, regista-se que, no período compreendido entre 2014 e o 1.º semestre de 2020, foram realizadas realizado **775** ações de fiscalização por todas as entidades envolvidas, tendo sido instruídos **29** processos de contraordenação (**Quadro 4, Quadro 5 e Quadro 9**).

São apresentados seguidamente o número de processos de contraordenação registados (**Quadro 9**).

**Quadro 9.** Número de processos de contraordenação por tipo de infração (ICNF e GNR)

Infrações		2015	2016	2017	2018	2019	1.º sem. 2020	TOTAL
<b>OPERADORES</b>								
a)	A colocação no mercado de madeira cortada ilegalmente ou de produtos derivados dessa madeira (alínea a) do Artigo.º 9 do Dec. Lei n.º 76/2013).	8	2					10
b)	O incumprimento pelo operador das obrigações de diligência devida por ocasião da colocação no mercado de madeira ou produtos derivados da madeira.					3		3
c)	A utilização pelo operador de sistemas de diligência devida que não cumpram os requisitos do Regulamento, em matéria de medidas e procedimentos relativos à informação, avaliação ou atenuação de risco.							0
d)	A falta de manutenção ou de avaliação periódicas do sistema de diligência devida utilizado pelo operador, salvo quando dispensado nos termos do Regulamento							0
e)	O incumprimento pelo operador das medidas de correção do sistema de diligência impostas pelo ICNF, I.P.;							0
f)	A recusa do operador em colaborar na realização de fiscalizações por autoridade competente, incluindo a recusa do acesso às instalações, de apresentação de documentos ou registos;					1		1
h)	A não conservação, pelo prazo mínimo de 5 anos, das informações que os operadores e os comerciantes devam manter por força do Regulamento, bem como a recusa na prestação dessas informações às autoridades competentes sempre que lhes for solicitada;							0
i)	A falta de registo do operador nos termos do artigo 3.º;	1	5	5	4			15
j)	A falta de comunicação por parte do operador das alterações aos dados constantes do registo.							
<b>SUB – TOTAL</b>		<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>		<b>29</b>
<b>COMERCIANTES</b>								
g)	A omissão pelos comerciantes da identificação dos operadores ou outros comerciantes que, na cadeia de abastecimento, lhes forneçam madeira e produtos derivados da madeira, quando aplicável, bem como a omissão da identificação dos comerciantes aos quais forneçam madeira e produtos derivados;							
h)	A não conservação, pelo prazo mínimo de 5 anos, das informações que os operadores e os comerciantes devam manter por força do Regulamento, bem como a recusa na prestação dessas informações às autoridades competentes sempre que lhes for solicitada;							
<b>TOTAL</b>		<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>		<b>29</b>

## 10 O mercado da madeira e dos produtos da madeira em Portugal

O sector florestal português é sustentado na utilização de matérias-primas de produção nacional. Seguindo a Informação compilada no quadro da resposta nacional aos Questionários Florestais Conjuntos do EUROSTAT, UNECE, FAO, ITTO, 90%, em 2018, e 89%, em 2019, dos toros de madeira consumidos em Portugal foram de origem nacional.

Sublinha-se também o significado da reutilização no processo produtivo de sobranes das indústrias de processamento de madeira (madeira em estilha, partículas e resíduos) ou mesmo de madeira recuperada pós-consumo, com consumos médios respetivos, em 2018 e 2019, na ordem dos 3,8

milhões e 175 mil metros cúbicos, confirmando a tradição e motivação do setor florestal português na aplicação dos princípios da economia circular.

### 10.1 Lenhas

No último biénio (2017 e 2018) Portugal importou anualmente **3 mil metros cúbicos** de madeira para lenha (inclui madeira para carvão) (**Quadro 10**).

### 10.2 Toros de madeira para a indústria

Portugal importa anualmente mais de **2 milhões de metros cúbicos** de toros de madeira para a indústria (**Quadro 10**). Neste produto, a grande maioria é constituída por madeira de folhosas (**89%**, em 2018, e **90%**, em 2019), representando a origem tropical, em média, **2%** dessas importações.

Os toros de madeira para a indústria importados por Portugal provêm na sua grande maioria de Espanha (**80%**, em 2018, e **81%**, em 2019), seguida da origem em França (**17%**, em 2018, e **14%**, em 2019) (**Quadro 11**). Na madeira de folhosas são de origem tropical (**Quadro 12**) cerca de **22 mil metros cúbicos (1%)**, em 2018, e **72 mil metros cúbicos**, em 2019 (**3%**). Em 2018, tal como verificado em anos anteriores, a maioria dos toros de madeira tropical provem de países africanos, em particular dos localizados na Bacia do rio Congo (República do Congo e República Democrática do Congo), da República Centro Africana e dos Camarões, representando estas origens 92% da madeira redonda tropical importada neste ano. Em 2019, observa-se a alteração substancial no padrão de importação de toros de madeira tropical, com o Brasil a representar **76%** das importações, o que não se vinha verificando nos anos transatos, onde o Brasil tinha uma presença residual enquanto local de origem de toros tropicais.



**Quadro 10.** Importações de madeira e derivados de madeira<sup>11</sup>

Produtos	2018		2019 <sup>(i)</sup>	
	(milhares de metros cúbicos)	(milhares de euros)	(milhares de metros cúbicos)	(milhares de euros)
<b>Lenha, incluindo madeira para carvão</b>	3	210	3	179
Resinosas	0	70	0	55
<b>Total de folhosas</b>	3	140	3	124
<b>Toros de madeira para a indústria</b>	2 010	126 447	2 274	148 004
Resinosas	224	15 505	232	15 712
<b>Total de folhosas</b>	1 786	110 942	2 042	132 292
<b>Folhosas tropicais</b>	22	9 943	72	13 206
<b>Madeira serrada</b>	642	88 452	638	92 178
Resinosas	118	34 858	119	34 921
<b>Total de folhosas</b>	523	53 594	519	57 257
<b>Folhosas tropicais</b>	33	19 498	58	24 832
<b>Folheados</b>	25	30 641	21	27 706
Resinosas	1	776	1	618
<b>Total de folhosas</b>	23	29 865	20	27 088
<b>Folhosas tropicais</b>	7	7 221	6	6 273
<b>Contraplacados</b>	94	43 055	158	44 281
Resinosas	17	7 157	22	7 841
<b>Total de folhosas</b>	76	35 898	137	36 440
<b>Folhosas tropicais</b>	3	1 726	3	2 080
<b>Painéis de partículas</b>	506	86 647	526	76 687
<b>Painéis de fibra</b>	456	120 034	472	110 032
<b>Produtos</b>	<b>(milhares de toneladas)</b>	<b>(milhares de euros)</b>	<b>(milhares de toneladas)</b>	<b>(milhares de euros)</b>
<b>Pasta de madeira</b>	176	117 366	253	153 981
<b>Papel e cartão</b>	890	697 935	877	673 354

(i) Valores provisórios

<sup>11</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatística

**Quadro 11.** Origem das importações de toros de madeira para a indústria<sup>12</sup>

	2017		2019 <sup>(i)</sup>	
	(m³)	(%)	(m³)	(%)
Espanha	1 607 333	80	1 834 971	81
França	339 076	17	317 747	14
Outros países	63 665	3	121 165	5

(i) Valores provisórios

**Quadro 12.** Origem de toros de madeira de origem tropical para a indústria<sup>13</sup>

Países	2018		Países	2019 <sup>(i)</sup>	
	(m³)	(%)		(m³)	(%)
República Centro-Africana	6 888	31	Brasil	54 319	76
Congo (República Democrática)	6 461	29	Congo	6 553	9
Congo	4 473	20	República Centro-Africana	4 238	6
Camarões	2 371	11	Camarões	2 758	4
Alemanha	457	2	Congo (República Democrática)	2 425	3
Espanha	274	1	Alemanha	583	1
Finlândia	244	1	França	388	1
Suécia	182	1	Suécia	184	0,3
Bélgica	174	1	Finlândia	132	0,2
França	157	1	Bélgica	76	0,1
Costa do Marfim	85	0,4	Áustria	71	0,1
Áustria	65	0,3	Reino Unido	22	0,03
Países Baixos	43	0,2	Colômbia	18	0,03
Gabão	27	0,1	Malásia	12	0,02
Malásia	14	0,1	Equador	3	0,004
Brasil	1	0,005	Estados Unidos	1	0,001
México	1	0,005			
Total	21 917	100	Total	71 783	100

(i) Valores provisórios

<sup>12</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatística<sup>13</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatística

### 10.3 Madeira serrada

Portugal importa, em média, **640 mil metros cúbicos** de madeira serrada (**Quadro 10**). Neste produto a maioria é madeira de folhosas (mais de **81%**).

A origem tropical representou **6 %** em 2018 e **11%** em 2019, nas importações de folhosas, e **5%**, em 2018, e **9%**, em 2019, das importações de madeira serrada, correspondendo a cerca de **33 mil metros cúbicos** em 2018 e **58 mil metros cúbicos** em 2019.

A madeira serrada importada por Portugal **proveio** na sua maioria de Espanha, que representou mais de 70% das importações (**Quadro 13**).

Nos últimos dois anos, os quatro maiores exportadores para Portugal de madeira serrada de folhosas de origem tropical são o Brasil, os Camarões, o Gabão e o Congo, os quais representaram **64%** das importações, em 2018, e **76%**, em 2019 (**Quadro 14**).

**Quadro 13.** Origem das importações de madeira serrada<sup>14</sup>

Países	2018		Países	2019 <sup>(i)</sup>	
	(m <sup>3</sup> )	(%)		(m <sup>3</sup> )	(%)
Espanha	471 078	73	Espanha	453 156	71
França	51 977	8	França	44 580	7
Alemanha	23 837	4	Alemanha	21 657	3
Estados unidos	20 311	3	Congo	20 552	3
Finlândia	14 324	2	Estados Unidos	16 773	3
Brasil	7 062	1	Finlândia	15 210	2
Camarões	6 927	1	Brasil	9 681	2
Áustria	6 535	1	Camarões	9 382	1
Suécia	6 040	1	Suécia	8 651	1
Estónia	5 615	1	Áustria	7 298	1
Gabão	4 790	1	Estónia	5 745	1
Rússia	3 694	1	Gabão	3 947	1
Hungria	2 904	0,5	Angola	3 220	1
Congo	2 761	0,4	Hungria	2 549	0,4
Letónia	2 103	0,3	Rússia	2 442	0,4
Países baixos	1 959	0,3	Países Baixos	2 365	0,4
Polónia	1 815	0,3			
Outros países	7 914	1,2	Outros países	11 082	1,8

(i) Valores provisórios

<sup>14</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatística

**Quadro 14.** Origem das importações de madeira serrada tropical <sup>15</sup>

Países	2018		Países	2019 <sup>(i)</sup>	
	(m <sup>3</sup> )	(%)		(m <sup>3</sup> )	(%)
Brasil	7 020	21	Congo	20 552	36
Camarões	6 927	21	Brasil	9 600	17
Gabão	4 790	14	Camarões	9 382	16
Congo	2 761	8	Gabão	3 947	7
Alemanha	2 313	7	Angola	3 220	6
Espanha	1 556	5	Alemanha	1 821	3
Congo (República Democrática)	1 437	4	Espanha	1 239	2
Polónia	1 225	4	Costa do Marfim	1 117	2
Angola	1 166	3	Congo (República Democrática)	981	2
Costa do Marfim	1 045	3	Áustria	924	2
França	826	2	França	841	1
Suécia	557	2	Gana	742	1
Gana	556	2	Suécia	723	1
Áustria	447	1	Itália	506	1
Lituânia	229	0,7	Estónia	456	1
Itália	124	0,4	Polónia	415	1
Estados Unidos	120	0,4	Lituânia	312	1
			Estados Unidos	224	0,4
Outros países	374	1,5	Outros países	426	0,7

(i) Valores provisórios

#### 10.4 Folheados e contraplacados

Portugal importou em 2018 e 2019, respetivamente, **118 e 179 mil metros cúbicos** de folheados e contraplacados (**Quadro 10**).

<sup>15</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatísticas

Nestes produtos a maioria é de madeira de folhosas (mais de **90%** nos folheados e **81%** nos contraplacados). Nos folheados, as folhosas tropicais representaram **32%**, em 2018, e **31%**, em 2019; nos contraplacados, a origem tropical representou **4%**, em 2018, e **2%**, em 2019.

Os folheados importados por Portugal têm Espanha como origem principal (cerca de **40%**) (**Quadro 15**). Espanha, em conjunto com os Estados Unidos da América e Itália representaram mais de **60%** das importações de folheados (2018 e 2019).

Os contraplacados importados por Portugal são originados maioritariamente da Rússia, da China e de Espanha, países que em conjunto representaram **82%** e **91%** das importações, respetivamente em 2018 e 2019 (**Quadro 16**).

**Quadro 15.** Origem das importações de folheados<sup>16</sup>

Países	2018		Países	2019 <sup>(i)</sup>	
	(m³)	(%)		(m³)	(%)
Espanha	9 525	39	Espanha	8 817	41
Estados unidos	4 263	17	Estados unidos	2 636	12
Congo	1 879	8	Congo	1 601	7
Roménia	1 536	6	Roménia	1 399	7
Itália	1 249	5	Itália	1 068	5
Reino Unido	881	4	Ucrânia	958	4
Croácia	756	3	Costa do Marfim	527	2
Camarões	603	2	Gabão	510	2
Turquia	581	2	França	485	2
Rússia	410	2	Camarões	411	2
Costa do Marfim	409	2	China	392	2
Países baixos	396	2	Rússia	348	2
Ucrânia	322	1,3	Hungria	347	2
França	271	1,1	Brasil	331	2
Brasil	261	1,1	Países baixos	305	1,4
Gana	261	1,1	Turquia	268	1,3
Gabão	203	0,8	Alemanha	256	1,2
China	187	0,8	Croácia	167	0,8
Hungria	179	0,7	Estónia	159	0,7
Alemanha	164	0,7	Gana	118	0,6
Outros países	203	0,4	Outros países	306	2

(i) Valores provisórios

<sup>16</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatísticas

**Quadro 16.** Origem das importações de contraplacados<sup>17</sup>

Países	2018		Países	2019 <sup>(i)</sup>	
	(m³)	(%)		(m³)	(%)
Rússia	36 360	39	China	67 423	43
Espanha	27 835	30	Rússia	44 641	28
China	11 883	13	Espanha	30 880	20
Áustria	3 488	4	Finlândia	2 440	2
Finlândia	2 673	3	Áustria	1 833	1
França	1 814	1,9	Brasil	1 425	0,9
Brasil	1 484	1,6	Hungria	1 418	0,9
República checa	1 200	1,3	França	1 204	0,8
Chile	979	1,0	República checa	1 152	0,7
Estónia	936	1,0	Eslovénia	1 072	0,7
Alemanha	795	0,8	Alemanha	702	0,4
Eslovénia	589	0,6	Itália	688	0,4
Países baixos	499	0,5	Chile	627	0,4
Eslováquia	495	0,5			
Itália	418	0,45			
Bielorrússia	375	0,40			
Bélgica	360	0,38			
Outros países	1 471	0,5	Outros países	2 726	2

**(i)** Valores provisórios<sup>17</sup> Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional 2020. Instituto Nacional de Estatísticas



## 11 Plano de ação da UE para a aplicação de legislação, governação e comércio no setor florestal (FLEGT)

O Plano de Ação FLEGT da UE, relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no setor florestal define um conjunto de medidas destinadas a excluir a madeira ilegal do mercado europeu, de modo a melhorar o fornecimento de madeira extraída legalmente e aumentar a procura de produtos de madeira de extração responsável.

O Plano de Ação FLEGT tem vários elementos-chave, entre os quais o Regulamento do Conselho n.º 2173/2005 de 20 de dezembro, que instituiu um regime de licenciamento para a importação de madeira para a UE (Regulamento do Licenciamento FLEGT), baseado em Acordos de Parceria Voluntários (APV). Outro elemento chave é o Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira (RUEM).

### 11.1 ACORDOS DE PARCERIA VOLUNTÁRIOS (APV)

Os Acordos de Parceria Voluntários (APV) são acordos bilaterais celebrados entre a EU e países parceiros exportadores de madeira. Estes acordos permitem à UE satisfazer a procura de produtos de madeira de fontes legais, prestando ao mesmo tempo assistência técnica e promovendo o reforço de capacidades ao nível do governo, do setor privado e da sociedade civil do país em questão. Os países parceiros comprometem-se a colaborar no apoio ao Plano de Ação FLEGT e a implementar o regime de licenciamento FLEGT.

Foram assinados APV entre a UE e o Gana, República do Congo, Camarões, Indonésia, República Centro-Africana, Libéria e Vietname. Neste momento estão em negociação acordos com a Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, Laos, Malásia e a Tailândia.

A UE já concluiu as negociações com as Honduras e a Guiana, estando em fase de redação os respetivos APV.

### 11.2 LICENCIAMENTO FLEGT

Para os países que tenham celebrado Acordos de Parceria Voluntários com a UE, apenas a madeira e produtos de madeira abrangidos por uma licença FLEGT válida poderão ser colocados no mercado

da UE sem necessidade de verificação do cumprimento das exigências específicas do RUEM. Nestes casos, a madeira é formalmente considerada como tendo sido legalmente extraída. Assim, os países que aceitem celebrar APV com a UE encontram-se em posição mais vantajosa para competir no mercado da UE.

Em 18 de agosto de 2016, a Comissão Europeia publicou o Regulamento Delegado (UE) 2016/1387, que alterou o regulamento FLEGT para poder enquadrar as licenças FLEGT da Indonésia. A Indonésia tornou-se assim no primeiro país a poder emitir licenças FLEGT. Portugal já recebeu licenças FLEGT da Indonésia. O controlo destas licenças em Portugal é feito nas alfândegas pela AT.

O relatório relativo à aplicação do regulamento FLEGT pode ser consultado em: [https://ec.europa.eu/environment/forests/FLEGT\\_Regulation\\_Reports.htm](https://ec.europa.eu/environment/forests/FLEGT_Regulation_Reports.htm)

## 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre as entidades envolvidas no combate ao comércio ilegal de madeira e de produtos derivados da madeira é fundamental para o sucesso da estratégia subjacente às ações de fiscalização, dada a impossibilidade de verificar todos os operadores e comerciantes. Deste modo, o reforço da articulação entre as diversas entidades – ICNF, AT, GNR, RAA, RAM, e ASAE – constitui uma prioridade para o cumprimento das obrigações nacionais relativas ao RUEM.

Reconhece-se que o cumprimento do RUEM se reveste de alguma complexidade, sobretudo ligada à dificuldade em definir com precisão os critérios de avaliação e de atenuação do risco a serem utilizados pelo operador no momento de decidir sobre a realização duma determinada transação.

Daí que seja de salientar o trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia e pelas AC dos diversos Estados Membros – nelas se incluindo o ICNF – no sentido de fornecer orientações práticas sobre diversos aspetos da aplicação do RUEM – os designados “Documentos de orientação” – facilitando o trabalho dos operadores e contribuindo para uma aplicação melhor harmonizada daquele regulamento.

## 13 Siglas

AC – Autoridade Competente

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

DRCNF – Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza

DRRF – Direção Regional dos Recursos Florestais

CE – Comissão Europeia

EEE – Espaço Económico Europeu

FLEGT – Forest Law Enforcement, Governance and Trade

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

IRAE – Inspeção Regional das Atividades Económicas

OFE – Órgão de Fiscalização da EFTA

RUEM – Regulamento da União Europeia sobre a Madeira e Produtos da Madeira

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma dos Madeira

UE – União Europeia